



ÁFRICA - Os efeitos do "Protocolo de Maputo" sobre as mulheres e a sociedade africanas

Maputo (Agência Fides) – Seis milhões de abortos somente em 2011; ampla difusão de práticas como a esterilização feminina; recurso contínuo à contraceção e a métodos de controle de nascimentos que promovem programas de transformação radical das sociedades africanas, orientando-as para ideologias destrutivas da vida humana: estes são os efeitos e as feridas provocados pelo “Protocolo de Maputo”, aprovado em julho de 2003 pela Assembleia da União Africana em Maputo, Moçambique. É o que diz, em nota enviada à Agência Fides, pe. Shenan J. Boquet, Presidente da Ong "Human Life International" (HLI), engajada em todo o mundo com a defesa da vida nascitura. “Trata-se de um aniversário a ser recordado, mas não celebrado” – afirma o presidente da HLI. O documento, cujo título original é “Protocolo da Carta africana dos direitos do homem e dos povos sobre os direitos das mulheres na África” - colocou na prática uma agenda que influenciou radicalmente o continente africano, encorajando grupos de controle populacional na África” - nota pe. Boquet. “Os defensores do Protocolo de Maputo querem nos fazer crer que o objetivo primário de seu documento é a mutilação genital feminina (MGF), crime cruel que viola a dignidade das mulheres e atinge quase dois milhões de mulheres africanas por ano” – explica. Todavia, a MGF é mencionada apenas uma vez no documento, que se concentra principalmente em temas como a legalização do aborto, a contraceção e a esterilização. “O documento - prossegue – promove mudanças na família tradicional, pedindo a eliminação da discriminação contra as mulheres, que é sempre injusta e imoral. Todavia, o uso deste termo no âmbito do protocolo é destinado a promover o livre exercício dos direitos sexuais das mulheres, ou seja, a liberdade de recorrer a abortos, contraceção e esterilização”. O Protocolo pede o livre uso e distribuição de contraceptivos abortivos e estabelece que os estados africanos adotem “novos métodos pedagógicos para modificar modelos sociais e culturais de comportamento de mulheres e homens”. “É a tentativa radical de redefinir e reorientar mentes e vidas de milhões de pessoas, através de uma propaganda de morte que destrói o próprio fundamento de sociedades, colocando em discussão sua futura existência” – escreve pe. Boquet. “Tais políticas provocam rupturas nas famílias, o crescimento do número de órfãos, de famílias sem pai e da promiscuidade. A mentalidade contraceptiva e abortiva, legalizada e aprovada pelo Protocolo de Maputo, não causará uma diminuição dos abortos, como seus defensores querem nos fazer crer, mas muito mais abortos” – adverte o presidente do HLI. Com efeito, segundo as próprias associações que promovem o controle populacional, como "Planned Parenthood", o número de abortos realmente aumentou na África entre 2003 e 2008. HLI, que atua em diversas nações africanas, continuará a defender a vida e a difundir uma “cultura do respeito da vida, segundo os valores cristãos” – conclui. (PA) (Agência Fides 7/7/2012)